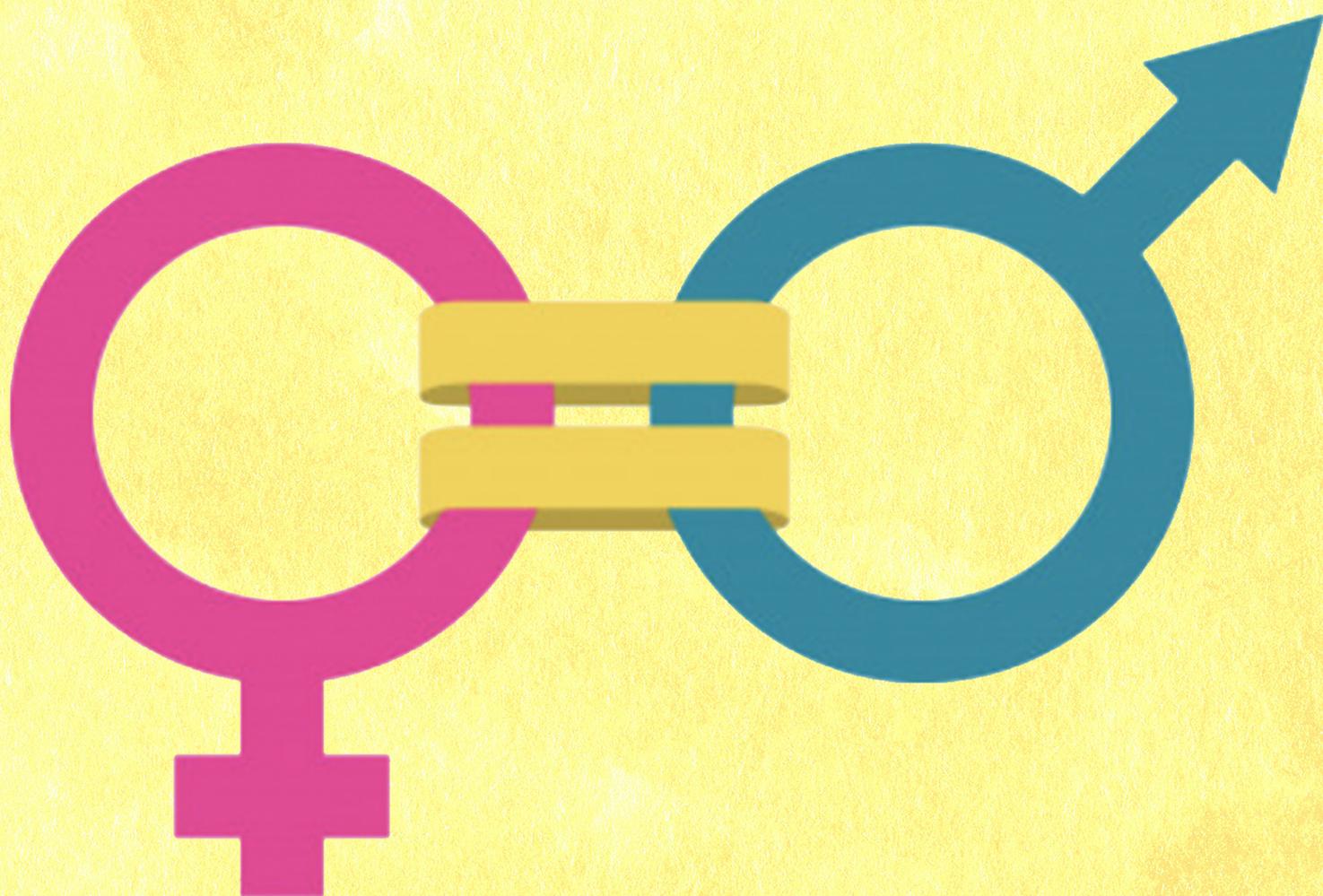


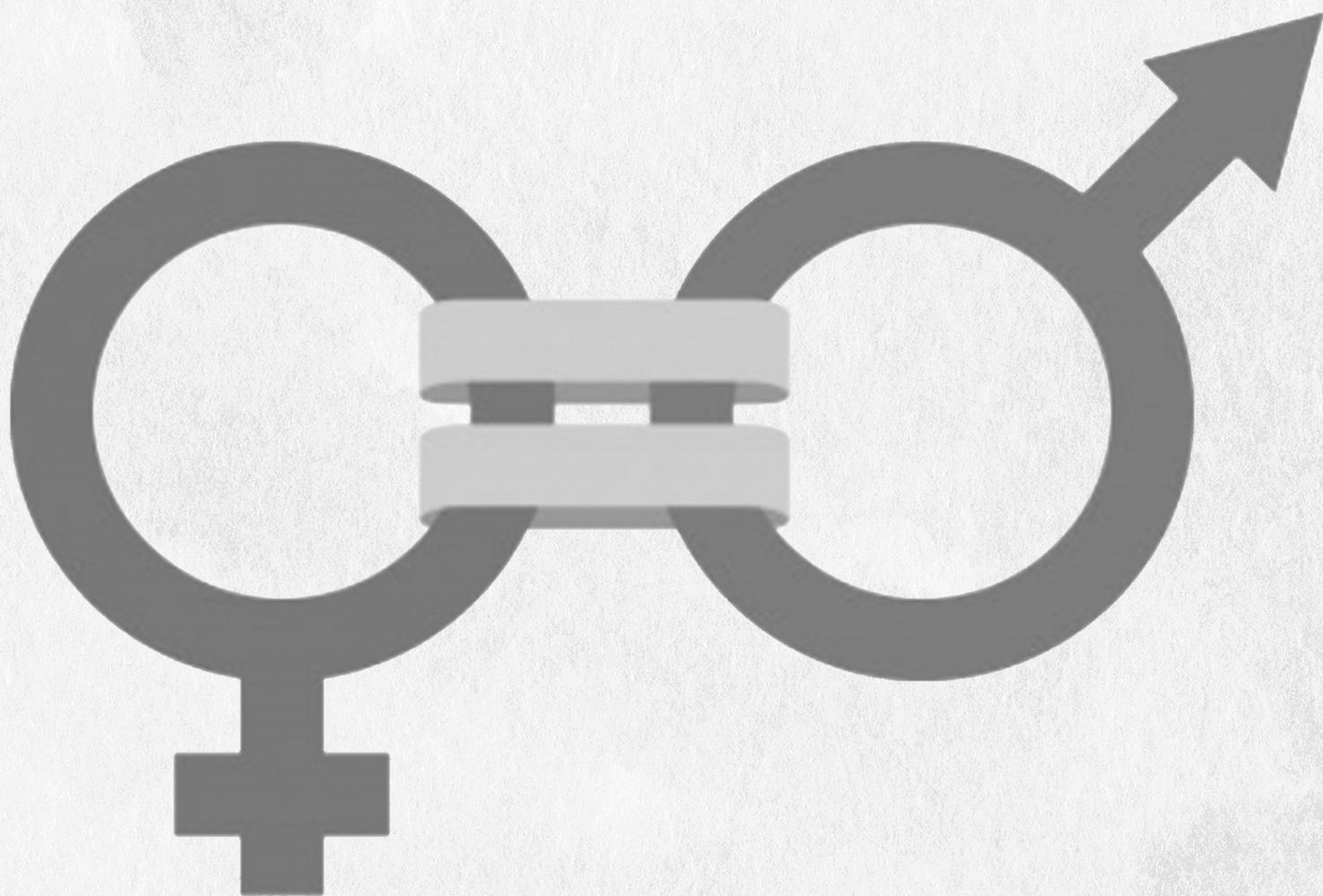
RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO
(ORGANIZADORA)



RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS

SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO
(ORGANIZADORA)



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
M775r	<p>Monteiro, Solange Aparecida de Souza. Relações de gênero e as subjetividades em contextos culturais [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-058-2 DOI 10.22533/at.ed.582202205</p> <p>1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza..</p> <p style="text-align: right;">CDD 306.7</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A temática pertinente **RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS** é complexa que tem motivadora de debates na sociedade acerca de como abordar a problemática do gênero e sexualidade na educação. Uma educação democrática, pensa a escola como um ambiente rico em diversidade, visto que seu espaço é repleto de sujeitos em formação. Neste sentido, faz-se necessário elaborar estudos que estejam voltados para a discussão sobre a sexualidade, pensando em uma educação mais inclusiva, que pautado no reconhecimento plural das identidades, buscando a perspectiva de garantia de direitos para a construção de uma sociedade mais igualitária que reconheça e respeite a diversidade sexual e de gênero. A escola tem marcas de um ambiente de promoção e de construção do conhecimento, no qual se consolidam aprendizados em que se formam sujeitos em suas subjetividades em contextos culturais sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. Deste modo a escola pode ocupar um papel central no desenvolvimento de seus alunos, e que em razão disto pode estimula-los a pensar criticamente sobre os discursos socialmente construídos e determinantes no sentido de , romper com a reprodução dos aspectos de uma moralidade que estimula a produção de desigualdade, preconceito e violência em nossa sociedade para a construção dos vínculos afetivos, as identificações sociais e principalmente a produção de subjetividades, contribuindo no desenvolvimento de uma cultura plural e de respeito a diversidade dentro de seu sistema de ensino. E assim, pensando nas possíveis manifestações da sexualidade presentes no cotidiano de crianças e adolescentes em contexto escolar, que surgem demandas de realizar uma reflexão acerca dos métodos e condutas adotados pela escola em lidar com esta temática.

Desejo a todos uma boa leitura e que os artigos aqui reunidos sejam fonte de inspiração para reflexões para temas de **RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SUBJETIVIDADES EM CONTEXTOS CULTURAIS**.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CULTURA UNIVERSITÁRIA E AS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	
Luciano Rodrigues dos Santos Fabio Rodrigues dos Santos DOI 10.22533/at.ed.5822022051	
CAPÍTULO 2	17
A METODOLOGIA NO TRUQUE: DESLOCAMENTOS E (DES) ENCONTROS EM UMA ETNOGRAFIA MULTISITUADA SOBRE TRAVESTIS BRASILEIRAS NA ESPANHA.	
Maria Cecília Patrício DOI 10.22533/at.ed.5822022052	
CAPÍTULO 3	27
COLONIALIDADE DE GÊNERO: (UM)A CONSOLIDAÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL	
Sarah Francine Schreiner Geanne Gschwendtner DOI 10.22533/at.ed.5822022053	
CAPÍTULO 4	39
EM TEMPOS DE PÓS-VERDADE: DESCONSTRUINDO “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E “MARXISMO CULTURAL”	
Rosiléa Agostinha de Araújo Lorena Kelly Alves Pereira Geovane Gomes de Araújo Glauberto da Silva Quirino DOI 10.22533/at.ed.5822022054	
CAPÍTULO 5	50
COMO A GENTE SE DIVERTE: CORPOS MASCULINOS EM WEBSITES DE CRUZEIROS LGBT	
Diego Santos Vieira de Jesus DOI 10.22533/at.ed.5822022055	
CAPÍTULO 6	64
GÊNERO E GESTÃO: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES EM CARGOS DE GESTÃO NA INDÚSTRIA CATARINENSE	
Leonard Almeida de Moraes Juliano Keller Alvez Édis Mafra Lapolli DOI 10.22533/at.ed.5822022056	
CAPÍTULO 7	79
GÊNERO, RAÇA E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS VISUAIS EM ESCOLAS DE RIO BRANCO/ACRE	
Maria de Lourdes Esteves Bezerra Cleyde Oliveira de Castro Murilena Pinheiro de Almeida DOI 10.22533/at.ed.5822022057	

CAPÍTULO 8	87
OBJETIFICAÇÃO DO CORPO FEMININO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS	
Meiriane Christine dos Santos Aguiar	
Isis Vanessa Nazareth	
Yasmin Alves de Oliveira Lopes	
Rejane Corrêa Marques	
Fabrícia Costa Quintanilha Borges	
Thayssa Cristina da Silva Bello	
DOI 10.22533/at.ed.5822022058	
CAPÍTULO 9	98
GÊNERO, SEXUALIDADE E HOMOFOBIA NA ESCOLA: REFLEXÕES A PARTIR DE NARRATIVAS DE LIVROS DE OCORRÊNCIA ESCOLAR	
Keith Daiani da Silva Braga	
Arilda Ines Miranda Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.5822022059	
CAPÍTULO 10	110
OS MARCOS SOCIAIS DA MEMÓRIA E A EXPERIÊNCIA DA TRANSEXUALIDADE	
Kueyla de Andrade Bitencourt	
João Diógenes Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.58220220510	
CAPÍTULO 11	121
UM OLHAR DE GÊNERO SOBRE A PSICOLOGIA ESCOLAR	
Iara Luzia Henriques Pessoa	
Glauce Michelle Araújo Penha	
Carlos Alberto Gomes de Brito	
DOI 10.22533/at.ed.58220220511	
CAPÍTULO 12	129
SILENCIAMENTOS: A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MENINAS E O CONTEXTO BRASILEIRO	
Joice da Silva Brum	
Nivia Valença Barros	
DOI 10.22533/at.ed.58220220512	
CAPÍTULO 13	141
GNOSIOLOGIA NAS INVESTIGAÇÕES EM EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA PROPOSTA DE AGENDA DE PESQUISAS	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Claudionor Renato da Silva	
Débora Cristina Machado Cornélio	
Valquiria Nicola Bandeira	
Marilurdes Cruz Borges	
DOI 10.22533/at.ed.58220220513	
SOBRE A ORGANIZADORA	151
ÍNDICE REMISSIVO	152

GÊNERO, SEXUALIDADE E HOMOFOBIA NA ESCOLA: REFLEXÕES A PARTIR DE NARRATIVAS DE LIVROS DE OCORRÊNCIA ESCOLAR

Data de aceite: 26/03/2020

Keith Daiani da Silva Braga

Instituto Federal de Goiás, Faculdade de Pedagogia, Aparecida de Goiânia – Goiás

Arilda Ines Miranda Ribeiro

Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, Presidente Prudente-São Paulo

RESUMO: A homofobia pode ser compreendida como o conjunto de hostilidades, menosprezo, inferiorização, violência física e simbólica e restrições de direitos direcionados a sujeitos que não estão alinhados aos padrões identitários de gênero e sexualidade hegemônicos. É um problema que atinge grandes dimensões no país, sendo a escola um dos principais locais de intolerância. Nesse sentido, o presente capítulo de livro discute alguns resultados de nossa pesquisa finalizada de mestrado, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP e desenvolvida nas escolas públicas estaduais do Ensino Fundamental II e Médio de Presidente Prudente – SP. O estudo buscou compreender a homofobia por

meio dos relatos contidos nos Livros de Ocorrência Escolar, cadernos em que são registrados, por docentes, os atos considerados indisciplinados e/ou de violência cometidos pelas alunas e alunos. Metodologicamente, realizamos uma análise documental com referencial teórico centrado nas autoras e autores que discutem gênero e sexualidade alinhadas ao Pós- Estruturalismo. Como resultados parciais, identificamos que os e as educadoras exercem vigilância sobre os comportamentos não heterocentros presentes na escola e também que a injúria e a violência física de natureza homofóbica são coibidas de forma superficial e raramente problematizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero e sexualidade na escola, homofobia escolar, livro de ocorrência escolar.

GENDER, SEXUALITY AND HOMOPHOBIA AT SCHOOL: REFLECTIONS FROM SCHOOL OCCURRENCE BOOK NARRATIVES

ABSTRACT: Homophobia can be understood as the set of hostilities, contempt, inferiority, physical and symbolic violence and restrictions of rights directed at subjects who are not

aligned with the hegemonic gender and sexuality patterns. It is a problem that reaches great dimensions in the country, being the school one of the main places of intolerance. In this sense, the present book chapter discusses some results of our finalized master's research, financed by the São Paulo State Research Support Foundation - FAPESP and developed in the state public schools of Presidente Prudente - SP. The study sought to understand homophobia through the reports contained in the School Occurrence Books, notebooks in which the acts considered undisciplined and / or violence committed by students are recorded by teachers. Methodologically, we performed a documentary analysis with a theoretical framework centered on the authors who discuss gender and sexuality aligned with Post-Structuralism. As partial results, we identified that the educators exercise vigilance over the non-heterocentric behaviors present in the school and also that the injury and physical violence of a homophobic nature are superficially restrained and rarely problematized.

KEYWORDS: Gender and sexuality at school, school homophobia, school occurrence book.

1 | INTRODUÇÃO

A homofobia é um tema que se torna frequente nas discussões e debates não só ligados à área da educação, mas na política, mídia e diversos outros setores da sociedade. Compreendemos que seu conceito diz respeito a um conjunto articulado de atitudes, posicionamentos, restrições, violências – físicas e simbólicas – direcionadas àqueles e àquelas que não vivenciam sua sexualidade e/ou seu gênero em consonância com o padrão heterocentrado.

Sujeitos não lidos como heterossexuais enfrentam diversos tipos de hostilizações, violências e restrições de direitos em vários espaços não institucionais e institucionais. A violência de natureza homofóbica no espaço escolar nem sempre opera de forma explícita. A sua presença se faz por meio de piadas, representações caricaturais, insultos em forma de chacotas entre outros, todos voltados a garantir que qualquer expressão que não seja heterossexual permaneça em posição de inferioridade (FAZZANO; BRAGA, 2013).

O presente artigo, derivado de nossa pesquisa de mestrado finalizada em Educação no Programa de Pós-Graduação da FCT/UNESP e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo-FAPESP procura discutir a homofobia a partir de relatos encontrados nos Livros de Ocorrência Escolar, documentos em que são descritos os atos considerados inadequados e/ou de violência cometidos pelos estudantes das escolas públicas de Presidente Prudente-SP.

A partir de alguns dados e informações produzidas na pesquisa, identificamos que a injúria é a forma de expressão da homofobia mais frequente nos espaços escolares estudados. Considerada uma violência que coloca em risco a trajetória escolar de estudantes LGBT's – Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, necessita

de medidas mais eficientes de combate por parte de todos os sujeitos da comunidade escolar.

Além desta introdução e das considerações finais, nosso capítulo está organizado em duas seções: na primeira procuramos apresentar uma reflexão sobre a conceituação de homofobia e na seção seguinte tratamos da análise das ocorrências encontradas nos livros das escolas estudadas.

2 | O CONCEITO DE HOMOFOBIA

A conceituação adotada no estudo de mestrado dirige-se à compreensão da homofobia como em seu sentido em geral. Naquele momento, compartilhamos com Rogério Diniz Junqueira (2009), quando o teórico argumentou que lesbofobia, gayfobia, travestifobia e transfobia são violências que estão inseridas dentro uma homofobia geral. Que consideramos ser: a hostilidade e violência direcionadas para todos os sujeitos que não têm sua sexualidade e/ou expressões/performances de gênero pautadas na lógica hegemônica, a heterossexual. No entanto, consideramos de grande importância a realização de estudos focados em manifestações específicas do heterossexismo, por acreditarmos que ao falar de modo geral, nós não evidenciamos de fato as relações particulares de violência e discriminação sofrida por: lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Nos debates atuais, ainda é recorrente que o conceito de homofobia seja utilizado com forte carga psicológica, ou seja, não é incomum que seja percebida apenas como uma aversão, nojo, problemas que alguns sujeitos específicos possuem em relação a homossexuais. Isso se explica pelo fato de que, desde sua criação, o termo homofobia¹ foi direcionado para a compreensão da intolerância contra sujeitos considerados não heterossexuais apenas pelo caráter psicológico e particular.

Compreendemos então, que neste caso, a homofobia ao resumir-se a uma sensação ruim, sentida individualmente, oculta entre outros aspectos, o caráter social do fenômeno. O que pode resultar na adoção de medidas paliativas de minimização da violência e limitadas nas problematizações de políticas de enfrentamento (PRADO et al, 2009).

O sociólogo Daniel Welzer-Lang (2001) contribuiu para a ampliação do conceito ao apontar a necessidade de se estudar o fenômeno para além da ótica específica, ou seja, a ampliação da compreensão da homofobia como a hostilidade sofrida por homossexuais. Como geral, a homofobia sinaliza um sistema sexista que tem como alvo os sujeitos que não carregam em seus corpos as características esperadas

¹ Rios (2009) indica que há referências ao termo Homofobia anteriores à década de 1920 (conforme registro do Oxford English Dictionary). O termo “homoeotophobia”, aparece para alguns como precursor, donde se derivou “homofobia” (utilizado por Wainwright Churchill, no livro *Homosexual Behavior among Males: a cross-cultural and cross-species investigation*, de 1967). Borrillo (2010) indica que as primeiras preocupações em conceituar Homofobia se deram na década de 1970, por K. T. Smith em um artigo publicado em 1971 e pelo psicólogo G. Weinberg em 1972.

para seu gênero e conseqüentemente deixam de cumprir seus papéis sociosexuais previamente estabelecidos pelas rígidas normas de gênero e sexualidade (RIOS, 2009; BORRILLO, 2010).

Deste modo, atrelada as normas de gênero, os mecanismos homofóbicos são acionados com efeitos violentos – sejam eles físicos ou simbólicos – para que os sujeitos sejam lembrados constantemente o que ocorre quando desviam do padrão hegemônico de sexualidade. Isso se torna ainda mais explícito quando a subversão do desejo é acompanhada da subversão gênero de quem expressa o desejo. Evidente na enorme hostilização e exposição a diversas exclusões e até homicídios sofridos com maior frequência pela população travesti e transexual.

Berenice Bento (2011) explica que isso ocorre porque para compreender a homofobia precisamos entender que os “*os gêneros inteligíveis estão condicionados à heterossexualidade, e essa precisa da complementaridade dos gêneros para justificar-se como norma*” (p. 553). Daí advém a violência brutal e a patologização das identidades trans, como tentativa de evitar que se coloque em risco a norma heterossexual. E essa norma é frequentemente justificada a partir das diferenças anatômicas sexuais que colocam homens e mulheres como seres biologicamente opostos e, portanto, complementares.

Os saberes acerca das diferenças anatômicas entre homens e mulheres foram reforçados politicamente a partir da perspectiva diferencialista, que passou a ditar, como explica Bento (2011) que:

[...] a mulher e o homem são portadores de diferenças irrelativizáveis. Da espessura da pele, ao tamanho do crânio, da estrutura psíquica aos complexos, tudo é diferença. A refinada engenharia da diferença sexual esquadrinhou os corpos com o objetivo de provar que não há nada em comum entre o feminino e o masculino. O único momento de encontro possível aconteceria no ato sexual. A heterossexualidade, portanto, seria uma expressão natural e normal dos corpos (BENTO, 2011, p.09).

A expressão considerada natural e normal dos corpos – em que homens inclinam-se para o masculino e desejam as mulheres e mulheres inclinam-se para o feminino e expressam desejo pelos homens – foi denominada por Judith Butler (2003) de *inteligibilidade do gênero*, que seria a continuidade estabelecida entre a sequência lógica compulsória: sexo-gênero-desejo. Deste modo, os gêneros inteligíveis:

[...] são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual (BUTLER, 2003, p. 38).

A homofobia possui então uma relação umbilical com as normas regulatórias de gênero, pois a inteligibilidade do gênero é um imperativo para a vigência do padrão heteronormativo. Dentro do sistema de regulação dos sujeitos na ótica heterocentrada, a função maior dos processos homofóbicos empregados para que os sujeitos permaneçam na norma é impedir que a própria norma, calçada na lógica sexo-gênero-sexualidade, perca sua força. Portanto, como argumenta Borrillo (2010), somos reféns desse sistema que invariavelmente nos conduz a ser homem ou mulher cisheterocentrados.

O gênero nessa perspectiva é entendido como uma categoria que nos definiria como humanos. Pois, como Butler (2008) explica em seu livro “Cuerpos que importan” antes de nos ser atribuído arbitrariamente o gênero masculino ou feminino não somos lidos como tais, então a partir da interpelação “*é um menino ou uma menina?*” é que se inicia todo um processo de aquisição do gênero que será reatualizado durante toda a vida:

Consideremos el caso de la interpelación medica que (a pesar de la reciente incorporación de otros apelativos más generales) hace pasar a un niño o una niña de la categoría de “el bebé” a la de “niño” o “niña” y la niña se “feminiza” mediante esa denominación que la introduce en el terreno del lenguaje y el parentesco a través de la interpelación de género. Pero esa “feminización” de la niña no termina allí; por el contrario, las diversas autoridades reiteran esa interpelación fundacional a lo largo de varios intervalos de tiempo para fortalecer o combatir este efecto naturalizado. La denominación es a la vez un modo de fijar una frontera y también de inculcar repetidamente una norma (BUTLER, 2008, p. 25-26).

Em outras palavras, a atribuição do gênero presente no ritual do nascimento, ou até mesmo antes com os exames de ultrassonografia, faz parte de um amplo projeto desenvolvido no campo discursivo da sexualidade, onde a partir da delimitação se qualifica aquilo que poderá fazer parte da categoria “humano” (BUTLER, 2003). O gênero se coloca deste modo, como o conjunto de tecnologias acionadas e reiteradas responsável pela produção de corpos-sexuais (BENTO, 2011).

Essa produção é feita pelos corpos e nos corpos dos sujeitos. De modo que, o gênero, na perspectiva de Butler (2003) pode ser entendido como a: “*estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural do ser*” (BUTLER, 2003, p.59).

Todavia, no processo de sujeição e aquisição do gênero, há corpos que não se conformam e descontinuum a ordem sexo-gênero-desejo (considerada “natural”). E como consequência, tanto os que expressam seu desejo para o gênero ou sexo que não é esperado (homossexuais) quanto os que não *performatizam* o gênero nos padrões hegemônicos de sexualidade (travestis e transexuais) são colocados à margem do social e se configuram como alvos de diversos processos discriminatórios, como a homofobia.

Isso acontece, porque, segundo Butler (2008) “[...] *la homofobia con frecuencia opera atribuyendo a los homosexuales un género perjudicado, fracasado* [...]” (BUTLER, 2008, p.334) para que, dentre outras formas, possa evidenciar a heterossexualidade como a única possibilidade inteligível de vivenciar a sexualidade. No espaço escolar, estudantes que rompem com a sequência lógica acima descrita são alvos de inúmeros processos de violência física e simbólica. Uma das expressões mais recorrente da homofobia no ambiente educacional é a injúria.

Didier Eribon (2008) em seu livro “Reflexões sobre a questão gay” nos explica que todo sujeito não heterossexual pode ouvir num momento ou outro de sua vida um insulto homofóbico, e que essa experiência é o um dos primeiros choques que muitos LGBT’s sentem ao perceber sua vulnerabilidade psicológica e social.

O insulto pode ser considerado “[...] *como uma atribuição de características julgadas negativas, visando a desqualificação e produção de uma identidade estigmatizada*” (GROSSI, 2008, p.01). Em outras palavras, o insulto é um ato, fala, expressão que tenha como objetivo colocar em posição de inferioridade determinados sujeitos ou grupos sociais. No caso do insulto homofóbico, a prática vem carregada de imitações jocosas das performatividades de gênero, do comportamento, andado, gestos e vestimentas dos sujeitos – identificados pelos agressores como – homossexuais.

As consequências da injúria são sentidas nos corpos das vítimas, que ao serem expostas à vergonha e ridicularização tendem a se policiar, se privar, autorregular para não se sentirem responsáveis, provocadoras ou merecedoras da violência.

3 I RELATOS DE HOMOFOBIA NOS LIVROS DE OCORRÊNCIA ESCOLAR

Para se discutir a homofobia utilizamos como ferramenta metodológica, o Livro de Ocorrência Escolar (LOE), um instrumento institucional utilizados nas escolas brasileiras para registrar os acontecimentos que prejudicam o funcionamento dessas instituições no que diz respeito ao comportamento dos e das alunas.

É popularmente chamado de “Livro Negro” ou “Livro Preto” por conta do temor que os e as estudantes têm de ter o nome anotado em suas páginas e das consequências disciplinares disto², já que, costuma-se descrever ou relatar os atos considerados inadequados ou tidos como “anormais” e, por isso, merecedores de punição. A maior parte dos registros diz respeito a problemas relacionados à indisciplina e à violência escolar.

As ocorrências são anotadas, sobretudo, por professores, entretanto de acordo com a organização de cada unidade escolar, os e as diretoras, os e as coordenadoras e os as inspetoras também podem ter autoria nos registros do Livro. Não há uma

2 A expressão “Livro Negro” é amplamente utilizada fora do contexto escolar e indica, geralmente, um registro em que há nomes de sujeitos que fizeram algo de errado, que são devedores ou traidores. A expressão pode indicar ainda, um conjunto de registros reveladores, de informações que comprometem a integridade de algum sujeito ou grupo, e por isso são sigilosas. Além disso, por associar o adjetivo “negro” de maneira pejorativa é válido problematizar a conotação racista que a expressão possui.

legislação específica que regulamenta a utilização dos livros de ocorrência, de forma que a prática de registrar eventos que destoam do que se considera corriqueiro na escola é carregada de valores culturais e representa aspectos da própria prática pedagógica (SIMÕES & ALMEIDA, 2005).

Não se tem precisão de quando e sob qual respaldo o livro de ocorrência escolar passou a ser utilizado. Moro (2003) desenvolveu um estudo no Estado do Paraná – que integrava uma pesquisa maior intitulada: “*Levantamento e catalogação das fontes primárias e secundárias da História da Educação Brasileira*” – e por meio da consulta a documentos (diários oficiais desse estado; legislações educacionais e os próprios livros de ocorrência disponíveis em algumas instituições) encontrou registros da utilização e regulamentação de livros que visavam garantir a disciplina que datavam o início do século XX:

[...] o que respaldava legalmente o uso dos livros disciplinares nas escolas, foi encontrada no Diário Oficial do Estado do Paraná, de 10 de março de 1924, onde foi publicado o Decreto 135, que aprova o Regulamento das Escolas Normais Primárias. [...] Constava nesse Regulamento, em seu artigo 75, parágrafo único, que todas as infrações e as penas impostas fossem registradas em ‘livro próprio’ da secretaria da escola (MORO, 2003, p.04).

Gama (2009) complementa que processo de democratização do ensino impulsionou a prática do registro das atividades, conflitos e punições no espaço educacional. O então denominado “livro preto”, segundo o autor, tornou-se uma das ferramentas auxiliares no controle dos comportamentos concebidos como “inadequados” advindos – na perspectiva das instituições de ensino – da população diversificada de alunos e alunas que ingressavam no sistema educacional brasileiro (GAMA, 2009).

Entre as principais finalidades do LOE se encontram: descrever e punir comportamentos que destoam das regras pré-estabelecidas pela escola; denunciar as mães, pais e responsáveis atitudes inconvenientes das crianças e adolescentes – para que a família auxilie na correção –; e no caso específico de violências ou ocasiões de conflitos graves, garantir proteção à escola, demonstrando que a instituição não foi negligente e tomou medidas cabíveis diante dos problemas ocorridos (RATTO, 2002).

A partir do exposto, acreditamos que o livro de ocorrência é um interessante material de análise de questões referentes ao gênero, à sexualidade e à homofobia. Para o presente trabalho selecionamos algumas ocorrências encontradas nos livros pesquisados que dizem respeito à discussão, principalmente, da injúria homofóbica:

“20/03/2012. Nome: Gabriel Série: 8ª D. Ofendendo a aluna Talita com **palavras discriminatórias (sapatão)** não participa da aula”.

“04/04- O aluno estava agredindo verbalmente o colega Tiago Souza, dizia “**Sua bichona do caraio**” e repetiu isso várias vezes, pedi que parasse e não adiantou. Professora Lúcia”.

“25/02 – A aluna reclamou que o aluno Jefferson fica **a imitando** chamando-a de “**sapatona**” e por isso no intervalo teve um dia que ela chutou ele. Depois disso ele a **ameaçou de bater** nela depois do término da última aula. Assinatura da aluna”.

“26/02- Luana Farias e Dalila, disseram que o Leonardo Silva fica chamando de **sapatão e filhote de dragão**, e se a Dalila abrir a boca vai sair fogo. Conversei com o Leonardo e orientei para não fazer mais isso e que respeitassem elas. Professora Sandra”

“21/02 - O aluno não realiza nenhuma atividade proposta. Fica importunando os colegas; ficou dizendo que o colega era “**bichinha**” e principiou uma discussão, atrapalhando a aula. Prof. Carmen”.

A partir das ocorrências apresentadas podemos perceber que os xingamentos de natureza homofóbica, ou seja, os insultos se estabelecem em uma relação de oposição binária aos valores. Os insultos, a injúria, revelam, colocam em evidência os desvalores (GROSSI, 2008). Ressaltando que em alguns casos, como em uma das ocorrências³ acima, o insulto vem acompanhado de ameaças, que costumam resultar em agressões físicas entre os alunos envolvidos.

Quando a injúria é lançada sobre alguém, é estabelecida uma divisão radical entre as práticas e comportamentos que são valorizados socialmente e principalmente os que não são valorizados, são proibidos. A injúria regula todos que estão presentes, pois ela nos diz muito sobre como devemos agir e mais radicalmente quem devemos ser (GROSSI, 2008). Como explica Grossi (2008, p. 02) “*Colocam em relação identidades positivas e negativas, comportamentos esperados e proibidos, prescrições e proibições, permitindo assim a apreensão dos valores e normas que são dominantes em uma determinada sociedade*”.

No entanto, a prática de desqualificar os comportamentos não heterocentrados nem sempre é percebida como uma violência no espaço escolar. A pesquisa *Juventudes e Sexualidade* (2004)⁴, cujo objetivo foi o de colaborar para o debate sobre sexualidade

3 Todos os nomes que constam nas ocorrências são fictícios. As ocorrências foram coletadas dos livros das escolas estudadas, e para evitar a identificação dos participantes além de nomes fictícios nós também não diferenciamos as ocorrências por escolas, uma vez que não implica em prejuízo para a proposta do presente capítulo, que se foca no conteúdo das ocorrências.

e juventudes na escola, averiguou entre outras variáveis, que os e as docentes apresentam uma espécie de cumplicidade com os comportamentos homofóbicos, pois quando questionadas a respeito de toda problemática, consideraram tais práticas “brincadeiras” ou “coisas sem importância”. Entretanto, como pontua Eribon (2008):

Viado nojento” (“sapata nojenta”) não são simples palavra lançadas *en passant*. São agressões verbais que marcam a consciência. São traumatismos sentidos de modo mais ou menos violento no instante, mas que se inscrevem na memória e no corpo (pois a timidez, o constrangimento, a vergonha são atitudes corporais produzidas pela hostilidade do mundo exterior). E uma das consequências da injúria é moldar a relação com os outros e com o mundo. E, por conseguinte, moldar a personalidade, a subjetividade, o próprio ser de um indivíduo (ERIBON, 2008, p. 27).

A injúria não se limita a descrever o sujeito alvo. Quando alguém é chamado de “viado nojento” ou simplesmente de “viado”, a intenção não é comunicar ao sujeito algo sobre ele mesmo, quem usa da injúria está apenas evidenciando que tem poder sobre o outro, que está autorizado a falar sobre o outro. Este poder é antes de tudo: o poder de ferir. A partir dessa experiência dolorosa o ou a insultada tem sua consciência ferida, o sentimento de vergonha é geralmente o mais acentuado, e todo esse processo de violência é imposto a alguém se torna também um elemento constitutivo da personalidade do sujeito inferiorizado (ERIBON, 2008).

Acerca do posicionamento da escola e conseqüentemente dos e das professoras diante dos casos envolvendo os xingamentos homofóbicos, percebemos dentre as ações como: comunicar a família das e dos alunos agressores o fato ou dar uma advertência verbal e/ou escrita; incentivo a regulação do comportamento não- heterossexual como forma de sanar o problema, como nas ocorrências abaixo envolvendo dois alunos que se auto intitulam homossexuais para a comunidade escolar:

“O aluno veio com o short dobrado (curto) a diretora Dona Fátima pediu que arrumasse e os alunos começaram a fazer gracinhas (tacando coisas no Henrique) ele não gostou e começou a chorar. O aluno tem sua sexualidade aflorada (homossexual) e os colegas não aceitam. Conversamos muito com o aluno e **pedimos que seja mais discreto para que os outros não mexam com ele**. Assinatura do aluno.”

“14/06/11.Roberto M. O aluno foi atendido pela Assistente Social devido estar adotando **postura extremamente inadequada** dentro do âmbito escolar, refere-se principalmente a sua “**sexualidade**”, tem excedido os limites, **foi advertido sobre os excessos** e garantiu que **evitará o envolvimento em situações conflito** dentro da escola. O mesmo foi orientado que se permanecer com tais atitudes será encaminhado para C.T. [Conselho Tutelar] e convidado a procurar outra U.E.[Unidade de Ensino] para estudar bem como o outro aluno envolvido nas ocorrências.”

Percebemos nas duas ocorrências que as instituições escolares atribuíram aos próprios alunos a culpa por sofrerem agressões dentro do espaço escolar. Não há

4 CASTRO M.G., ABRAMOVAY M., SILVA L.B. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil; 2004. Realizada em 13 capitais brasileiras: Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Maceió, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Florianópolis, Porto Alegre, Cuiabá, Goiânia e Distrito Federal.

um diálogo entre os agressores e os alunos acima citados, o registro da violência foi feito apenas nas folhas, dos livros de ocorrência, que diziam respeito aos dois alunos alvos. Isso é interessante, porque a mensagem que é passada para o restante dos e das estudantes é a seguinte “eles provocaram a agressão ao excederem os limites comportamentais” e esses limites são definidos a partir do quanto você se distancia do padrão heteronormativo.

O nome do aluno Roberto, estava como vítima em outros registros de agressões. O estudante era constantemente ameaçado, sacudido pelos colegas, apelidado, enfim hostilizado e excluído, no entanto quando a situação foi levada, como descrito acima, para a assistente social desapareceram os meninos agressores, um deles, citado no trecho “[...] outro aluno envolvido nas ocorrências” não foi localizado no Livro de Ocorrência da escola, retiraram ou se esqueceram de registrar o nome deste aluno agressor. O mesmo acontece com Henrique, pois, nenhum desses alunos que estavam “[...] a fazer gracinhas (tacando coisas no Henrique)” foi notificado no Livro ou recebeu qualquer tipo de de correção.

Inferimos então que o modo de solucionar a violência, apresentado pelas duas escolas, é a própria vítima alterar seu comportamento para que os outros não se sintam desconfortáveis a ponto de agredi-las. Rogério Diniz Junqueira (2012) menciona situações em que a instituição escolar procura “conter” os alunos destoantes do padrão heterossexual como forma de “solucionar” os conflitos gerados:

No relato de uma diretora escolar, surge um “problema”: um aluno de seis anos que, por ser considerado feminino, ela conclui ser homossexual. Ela narra que o aconselhou a “deixar de desmunhecar para não atrair a ira dos outros”, ignorando os processos de reificação, marginalização e desumanização conduzidos pela instituição, bem como toda a violência física a que ele é rotineiramente submetido. Ora, somente uma fúria disciplinar heterorreguladora poderia identificar e atribuir (e como uma sentença condenatória) homossexualidade a uma criança e, ainda, não se inquietar diante da violência a que ela é submetida, coletiva e institucionalmente [...] E só um profundo estado de alheamento poderia fazer com que o curioso conselho- uma nítida expressão curricular da pedagogia do armário- seja considerado aceitável (JUNQUEIRA, 2012, p. 292).

Deste modo, percebemos que a escola se empenha, em alguns casos, em controlar os comportamentos que destoam da norma de gênero socialmente estabelecida como forma de solucionar os conflitos de natureza homofóbica. A violência simbólica – expressa geralmente por meio do insulto e da injúria – permanece intacta e a atitude de solucionar o problema se encerra no próprio registro dos professores, pois o recurso alternativo para a culpabilização da vítima, geralmente, restringe-se a aplicação de uma advertência verbal. Não encontramos quaisquer documentos que mencionassem: reuniões, debates, projetos ou qualquer ação organizada e pensada, do ponto de vista pedagógico, por parte das escolas pesquisadas, como saídas possíveis para os casos de homofobia.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos discutir, ainda que brevemente, alguns dos resultados da nossa pesquisa documental de mestrado em Educação, finalizada em 2014 em escolas públicas do oeste paulista. Sustentamos a homofobia, compreendida em seu sentido geral, como o conjunto de hostilidades, violência física e simbólica e restrições de direitos direcionados a sujeitos que não estão em consonância com os padrões heteronormativos de identidade de gênero e sexualidade. Privilegiamos, no capítulo, a injúria e o insulto, como práticas de violência protagonistas nos relatos encontrados nos livros de ocorrência escolar.

Apresentamos a injúria -e o insulto também- como um veredito, uma sentença, que instituída pelo ato de linguagem cria uma marca, expõe à vulnerabilidade e à exclusão, com a qual estudantes LGBT's são obrigados a conviver (ERIBON, 2008).

Identificamos, também, que no intento de superar esses conflitos, por vezes, as instituições escolares procuram vigiar e regular o comportamento dos e das discentes consideradas “destoantes”. Deste modo, são invisibilizados os agressores, e conseqüentemente não problematizada a homofobia e a educação para o heterossexismo.

Para finalizar, estacamos a importância de se pensar o papel da escola também enquanto um lugar hábil para a desconstrução da homofobia, pois, ainda que ela tenha muitas outras dificuldades para superar, precisa assumir também a luta contra o preconceito, discriminação e violência à que são submetidos todos os sujeitos que não tem seus corpos alinhados e/ou não performatizam o gênero de acordo com o padrão hegemônico de sexualidade.

REFERÊNCIAS

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**. v. 19, n. 2. p. 549- 559, 2011.

BORRILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Tradução de Renato Aguiar.

BUTLER, J. **Cuerpos que importan**: sobre los límites, materiales y discursivos del “sexo”. 2ª ed. Buenos Aires: Paidós, 2008. Tradução de Alcira Bixio.

ERIBON, D. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud. 2008.

FAZANO, L. C. ; BRAGA, K. D. S. . Homofobia na escola: perspectivas de estudantes do Ensino Médio. In: RIBEIRO, A. I. M.; PRADO, V. M. (Org.). **Falando sobre gênero e sexualidades na educação**: vamos nos permitir? Curitiba, PR: CRV, 2013, v. 1, p. 45-58.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988. V.1.

GAMA, A. S. Livros de Ocorrência: da prática do Vigiar e Punir aos ‘recursos para o bom

adestramento'. **Web-Revista Discursividade**, v. 1, p. 95-120, 2009.

GROSSI, G. **Os insultos, ou dos valores escondidos**. Esboço de uma teoria das ofensas verbais. 2008. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT32/gabrielegrossi.pdf>. Acesso em: 15 mai 2013.

JUNQUEIRA, R. D. "Aqui não temos gays nem lésbicas": estratégias discursivas de agentes públicos ante medidas de promoção do reconhecimento da diversidade sexual nas escolas. **Bagoas: Revista de Estudos Gays**, v. 3, p. 171-189, 2009.

JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade sexual e educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação; Unesco, 2009. 455p.

JUNQUEIRA, R. D. Escola e Homofobia. **Pátio: revista pedagógica**, v. 13, n. 50, p. 28-31, mai/jul 2009.

JUNQUEIRA, R. D. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In: MISKOLCI, R.; PELÚCIO, L.. (Org.). **Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos**. São Paulo: Annablume, 2012, v. , p. 277- 305.

LAQUEUR, T. **La construcción del sexo**: cuerpo y género desde los griegos hasta Freud. Madrid: Cátedra, 1994.

MORO, N. O. "**Livro Preto**": como eram tratadas a disciplina e a indisciplina nas escolas da região dos Campos Gerais - Sua base legal, conteúdo e representações sociais que produzem. 2003. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br> >. Acesso em: 24 set. 2012.

PRADO, M. A. M. ; ARRUDA, D ; TOLENTINO, L. O litígio sobre o impensável: escola, gestão dos corpos e homofobia institucional. **Bagoas: Revista de Estudos Gays**, v. 4, p. 21-32, 2009.

RATTO, A. L. S. Cenários criminosos e pecaminosos nos livros de ocorrência de uma escola pública. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 20, p. 95-106, 2002.

RIOS, R. R.. Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos Estudos sobre Preconceito e Discriminação. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas: UNESCO**, 2009, p. 53-84.

SIMOES, P. R. R. ; ALMEIDA, C. R. S. . Uma leitura dos Registros de Indisciplina Escolar sob a ótica do Pensamento Complexo. **Cadernos de Pós-Graduação (UNINOV)**, v. 4, p. 201-213, 2005. WEEKS, J. O Corpo e a Sexualidade. IN: LOURO, G. L.(org.), **O Corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 35-83.

WELZER-LANG, D. **A construção do masculino**: dominação das mulheres e homofobia. Estudos Feministas, ano 9, n. 2, 2001.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescentes 5, 104, 115, 117, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 148

Agenda 15, 40, 41, 45, 48, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

B

Brasileiro 18, 22, 32, 34, 48, 104, 130, 136, 140

C

Catarinense 64, 65

Colonialidade de gênero 27, 29, 32, 34, 36

Corpo 3, 11, 13, 17, 23, 24, 47, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 74, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 102, 106, 115, 109, 120, 121, 127, 135

Corpos masculinos 6, 50, 51, 57, 58, 60

Cultura universitária 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14

E

Educação Sexual 15, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151

escolar 5, 2, 8, 46, 79, 80, 84, 85, 86, 98, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 117, 118, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 141, 142, 144, 146, 147, 148

Escolar 98, 99, 103, 109, 121, 151

Etnografia multisituada 17, 18

F

Feminino 3, 4, 26, 32, 33, 36, 37, 47, 55, 57, 64, 65, 66, 68, 71, 72, 73, 76, 77, 87, 89, 90, 91, 93, 97, 101, 102, 107, 124, 125, 130, 131, 135, 136, 137, 138

Formação docente 1, 4, 5, 10, 11

G

Gênero 3, 1, 15, 16, 25, 28, 37, 38, 44, 48, 49, 79, 86, 98, 108, 121, 128, 129, 134

Gnosiologia 141, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 150

H

Homofobia 43, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 109

I

Ideologia 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 48, 49

Inclusão 53, 65, 75, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 90, 114, 127

Indústria 64, 65, 69, 71, 74, 77

Integrativa 87, 90, 97

Investigações 144, 145, 147, 148

M

Marcos sociais 110, 111, 112, 113, 115, 116

Marxismo cultural 39,40, 41, 43, 44, 45, 46, 48

Memória 25, 31, 42, 106, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120

Metodologia 1, 4, 17, 20, 26, 78, 80, 141, 144, 151

Mulheres 2, 3, 4, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 54, 55, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 82, 83, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 101, 109, 117, 124, 125, 129, 133, 135, 137, 138, 148

P

Pesquisa 1, 4, 8, 9, 11, 14, 18, 19, 20, 21, 23, 28, 35, 39, 42, 48, 52, 57, 58, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 75, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 90, 92, 98, 99, 104, 105, 108, 118, 120, 122, 123, 130, 131, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151

Pessoas com deficiências 81, 82

Pós-verdade 39, 40, 42, 43, 48

Proposta 16, 18, 30, 61, 70, 81, 84, 105, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

Psicologia escolar 121, 127, 128

Publicações científicas 89

R

Raça 6, 30, 37, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 94, 121, 122, 123, 124, 131, 135

S

Sexualidade 5, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 34, 39, 41, 45, 47, 48, 52, 53, 60, 62, 90, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 112, 116, 118, 120, 121, 125, 126, 127, 128, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151

T

Transexualidade 110, 112, 113, 114, 115, 120, 128

Travestis brasileiras 17, 18, 19, 21, 22, 25

Truque 22, 25

V

Violência 5, 27, 28, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 53, 57, 60, 91, 92, 95, 98, 99, 100, 101, 103, 105, 106, 107, 108, 116, 117, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

Violência de gênero 33, 34, 91, 130, 134, 135, 137

 **Atena**
Editora

2 0 2 0